

**PROJETO ORIGEM:
RESTAURAÇÃO ECOLÓGICA
E FORTALECIMENTO DE
ARRANJOS PRODUTIVOS
LOCAIS NO SUL DA BAHIA**

**ORIGIN PROJECT: ECOLOGICAL RESTORATION AND STRENGTHENING OF
LOCAL PRODUCTIVE ARRANGEMENTS IN SOUTHERN BAHIA**

Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas • 17/06/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/781744208](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/781744208)

Elismar Fernandes dos Santos¹

André Búrigo Leite

Leonardo Dias Nascimento

Altamar Felberg

Gleiber Costa de Santana

Priscilla Valente

RESUMO

O presente artigo analisa a experiência de execução do Projeto Origem: de volta às raízes, desenvolvido pela OSC Instituto Mãe Terra (IMT), entre 2022-2025, em parceria com o Fundo Ambiental Sul Baiano (FASB), no município de Santa Cruz Cabrália, no sul da Bahia. O estudo apresenta resultados, aprendizados e desafios, articulando-os aos indicadores institucionais da Macroação 1 – Arranjos Produtivos Locais da OSC. A metodologia baseia-se na análise documental de relatórios de monitoramento e registros institucionais das duas instituições, complementada por revisão de literatura. Os achados indicam que os resultados do projeto - como a restauração de áreas de Mata Atlântica, a adoção de sistemas agroflorestais, a diversificação produtiva, o engajamento comunitário e as ações de assistência técnica - demonstram coerência com os resultados institucionais traçados pela OSC, como a melhoria das condições socioeconômicas das famílias, o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, o fortalecimento comunitário e a valorização de saberes locais. A análise também evidencia o papel de dimensões como cooperação, capital social e articulação territorial, bem como a influência de fatores estruturais sobre o alcance desses resultados. Conclui-se que o Projeto Origem apresenta aderência às diretrizes da macroação de Arranjos Produtivos Locais, constituindo uma referência relevante para a análise de iniciativas de desenvolvimento territorial sustentável.

Palavras-chave: restauração ecológica; agricultura sustentável; desenvolvimento territorial; arranjos produtivos locais; agricultura familiar.

ABSTRACT

This article analyzes the implementation experience of the Projeto

Origem: Back to the Roots, developed by the NGO Instituto Mãe Terra (IMT) between 2022 and 2025, in partnership with the Southern Bahia Environmental Fund (FASB), in the municipality of Santa Cruz Cabrália, in southern Bahia, Brazil. The study presents results, lessons learned, and challenges, linking them to the institutional indicators of Macroaction 1 – Local Productive Arrangements of the NGO. The methodology is based on documentary analysis of monitoring reports and institutional records from both organizations, complemented by a literature review. The findings indicate that the project’s outcomes—such as the restoration of Atlantic Forest areas, the adoption of agroforestry systems, productive diversification, community engagement, and technical assistance actions—are consistent with the institutional goals established by the NGO, including improving the socioeconomic conditions of families, strengthening food and nutrition security, enhancing community cohesion, and valuing local knowledge. The analysis also highlights the role of dimensions such as cooperation, social capital, and territorial articulation, as well as the influence of structural factors on achieving these outcomes. It concludes that Projeto Origem aligns with the guidelines of the Local Productive Arrangements macroaction, constituting a relevant reference for analyzing sustainable territorial development initiatives.

Keywords: ecological restoration; sustainable agriculture; territorial development; local productive arrangements; family farming.

1. INTRODUÇÃO

A intensificação da degradação ambiental e a persistência da fragmentação da Mata Atlântica reforçam a necessidade de estratégias de restauração que combinem conservação, incentivos econômicos e participação social. Estudos recentes mostram que,

no bioma, os ganhos de vegetação secundária não têm compensado plenamente as perdas de carbono, conectividade e áreas prioritárias para conservação; ao mesmo tempo, programas articulados de restauração vêm demonstrando potencial para ampliar a recuperação florestal em escala quando oferecem apoio técnico e reduzem barreiras de implementação (da Silva et al., 2025; Tedesco et al., 2022; Toto et al., 2025).

No sul da Bahia, esse desafio assume contornos territoriais específicos. Ramos et al. (2022) identificaram uma paisagem degradada na região sul baiana, com 59% da área transformada em usos antrópicos e mudanças na formação florestal associadas principalmente à pecuária, à agricultura, à urbanização e à silvicultura. Em escala do bioma, a Mata Atlântica segue como o bioma brasileiro com menor cobertura natural, tendo perdido 11,5% de vegetação nativa entre 1985 e 2024, enquanto agricultura, urbanização e silvicultura avançaram no mesmo período (MapBiomas, 2025).

É nesse contexto que se insere o Projeto Origem: de volta às raízes, desenvolvido pelo Instituto Mãe Terra (IMT) com apoio financeiro e técnico do Fundo Ambiental Sul Baiano (FASB). De acordo com o currículo institucional do Instituto Mãe Terra, o projeto teve como objetivo restaurar 47,14 hectares de Mata Atlântica em sete propriedades de agricultores familiares da comunidade Rio do Sul, em Santa Cruz Cabrália, no Território de Identidade Costa do Descobrimento, por meio de técnicas e manejos sustentáveis do solo, da água e da floresta, alcançando 13 unidades produtivas familiares (Instituto Mãe Terra, 2022). Em convergência com a estratégia territorial do FASB, que no segundo ciclo passou a priorizar restauração ecológica, manejo sustentável, agrossilvicultura

e conexão de fragmentos florestais na Hiléia Baiana, a iniciativa pode ser compreendida como parte de um esforço regional de restauração com base comunitária e foco territorial (FASB, 2024).

A literatura recente também indica que sistemas agroflorestais, apoio técnico e instrumentos de incentivo podem aumentar a adesão de pequenos produtores à restauração, ao mesmo tempo que ampliam oportunidades de renda e fortalecem a permanência da agricultura familiar em paisagens restauradas (Shennan-Farpón et al., 2022; Urruth et al., 2022; Tavares et al., 2024). Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar o desenvolvimento, os resultados, os impactos, os desafios e os aprendizados do Projeto Origem, bem como articulá-los aos indicadores institucionais da Macroação 1 – Arranjos Produtivos Locais do Instituto Mãe Terra, buscando evidenciar em que medida essa experiência contribuiu para o fortalecimento de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável baseadas na restauração ecológica, na agricultura familiar e na valorização dos saberes locais.

2. O INSTITUTO MÃE TERRA

O Instituto Mãe Terra é uma organização da sociedade civil (OSC) sem fins lucrativos, fundada no ano de 2006 em Porto Seguro (BA), com atuação voltada à promoção do desenvolvimento solidário e sustentável em territórios rurais, comunidades tradicionais e populações em situação de vulnerabilidade socioeconômica, especialmente no sul da Bahia. A instituição surge a partir da necessidade de construção de alternativas ao modelo de desenvolvimento predominante, historicamente marcado pela exploração intensiva dos recursos naturais, pela concentração de renda e pela exclusão social. Não à toa, sua missão é “Potencializar

os ativos das pessoas e das comunidades tradicionais, do campo e periféricas, para o desenvolvimento integral e fomento dos seus arranjos produtivos, engajadas/os com a construção do Bem Viver”.

Desde sua criação, o Instituto Mãe Terra tem desenvolvido iniciativas que articulam dimensões ambientais, econômicas e sociais, buscando promover a conservação dos ecossistemas, o fortalecimento da agricultura familiar e a geração de oportunidades de trabalho decente e renda. Sua atuação está fundamentada em princípios como a sustentabilidade, a agroecologia, a economia solidária e a valorização dos saberes e práticas tradicionais.

A área de atuação do Instituto abrange diversos municípios do Território de Identidade Costa do Descobrimento, incluindo localidades como Santa Cruz Cabralia, Porto Seguro e Eunápolis, regiões caracterizadas por elevada diversidade socioambiental, mas também por desafios relacionados à degradação ambiental, à pressão sobre os recursos naturais e às desigualdades sociais.

No âmbito institucional, as ações da OSC estão organizadas em quatro macroações estratégicas, que orientam o planejamento, a execução e o monitoramento dos projetos socioambientais desenvolvidos. Dentre essas, destaca-se a Macroação 1 – Arranjos Produtivos Locais, voltada às estratégias de: promoção da economia solidária e outras economias; assistência técnica e extensão rural e; fomento das culturas e identidades locais. Essa macroação tem como objetivo fortalecer cadeias produtivas sustentáveis, promovendo a inclusão produtiva, a geração de renda e a dinamização das economias locais.

No que se refere à promoção da economia solidária, a atuação fundamenta-se no apoio a agricultores familiares, empreendimentos comunitários e iniciativas coletivas, com base nos princípios do comércio justo. Como resultado esperado, busca-se o fortalecimento de empreendimentos solidários e a melhoria das condições socioeconômicas das famílias das comunidades atendidas.

No campo da assistência técnica e extensão rural, prioriza-se a difusão de práticas agroecológicas e o engajamento de agricultores e agricultoras em cadeias produtivas limpas, incentivando a diversificação da produção e o acesso a mercados, especialmente por meio de circuitos curtos de comercialização, como feiras livres e mercados institucionais. Espera-se, com isso, ampliar os níveis de segurança alimentar e nutricional das famílias assistidas, além de promover o fortalecimento social e econômico de comunidades tradicionais, rurais e periféricas.

Adicionalmente, a macroação incorpora o fomento às culturas e identidades locais como eixo estratégico, buscando valorizar, preservar e multiplicar os saberes e fazeres populares e tradicionais. Como resultado esperado, essas ações contribuem para o fortalecimento das identidades territoriais e para a integração entre produção e conservação ambiental, por meio da adoção de práticas sustentáveis, restauração ecológica, recuperação de áreas degradadas e proteção de recursos hídricos.

A trajetória institucional da OSC evidencia, portanto, um modelo de atuação fundamentado na construção participativa, no diálogo contínuo com as comunidades e na valorização das especificidades territoriais. Essa abordagem tem contribuído para o fortalecimento

das dinâmicas locais e para a consolidação de processos de desenvolvimento mais inclusivos e sustentáveis.

Nesse contexto, espera-se que o Instituto Mãe Terra se consolide como um agente relevante na promoção do desenvolvimento territorial sustentável no sul da Bahia, ampliando sua capacidade de articulação com atores locais e institucionais. Como resultado, busca-se contribuir para a construção de alternativas econômicas alinhadas à conservação ambiental, à valorização dos saberes tradicionais e à promoção da justiça social.

3. O FUNDO AMBIENTAL SUL BAIANO (FASB)

O Fundo Ambiental Sul Baiano (FASB) constitui uma iniciativa estratégica da iNovaland², voltada ao financiamento, fortalecimento institucional e acompanhamento técnico de projetos socioambientais no sul da Bahia, com ênfase na conservação da biodiversidade, na restauração ecológica e no desenvolvimento sustentável de territórios rurais. Sua atuação se insere em um contexto regional marcado por intensos processos de degradação ambiental, especialmente no bioma Mata Atlântica, ao mesmo tempo em que busca potencializar iniciativas locais comprometidas com a sustentabilidade.

O FASB opera a partir de um modelo que combina apoio financeiro e assessoria técnica continuada, promovendo não apenas a viabilização de projetos, mas também o fortalecimento das capacidades institucionais das organizações executoras, chamadas de desenvolvedoras. Nesse sentido, o fundo assume um papel que vai além do financiamento tradicional, atuando como agente de articulação, incubação e aceleração de iniciativas socioambientais.

Entre seus principais objetivos, destacam-se o incentivo à recuperação de áreas degradadas, a proteção de nascentes e recursos hídricos, a recomposição de corredores ecológicos e o fortalecimento de práticas produtivas sustentáveis, especialmente aquelas vinculadas à agricultura familiar e à agroecologia. Ao apoiar projetos que integram conservação ambiental e geração de renda, contribui para a construção de modelos de desenvolvimento territorial mais equilibrados e resilientes.



Figura 1 – Representantes do FASB em diálogo com mulheres indígenas do Povo Pataxó

Um dos diferenciais do fundo reside em sua abordagem territorial, que reconhece as especificidades socioambientais da região e valoriza o protagonismo das organizações locais. Dessa forma, os projetos apoiados tendem a apresentar forte enraizamento

comunitário, favorecendo processos participativos e a construção coletiva de soluções.

No âmbito da restauração ecológica, o FASB tem desempenhado papel relevante na promoção de estratégias inovadoras, como a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), a utilização de técnicas de semeadura direta (*muvuca de sementes*) e a integração entre práticas produtivas e recuperação ambiental. Essas abordagens - que podem ser vivenciadas no evento que a iNovaland chama de *Study Tour* - contribuem para ampliar a escala e a efetividade das ações de restauração, ao mesmo tempo em que geram benefícios econômicos para as comunidades.

Além disso, o fundo estabelece mecanismos de monitoramento e avaliação dos projetos apoiados, acompanhando indicadores de desempenho relacionados tanto aos resultados ambientais quanto aos impactos socioeconômicos. Esse acompanhamento contínuo permite ajustes ao longo da execução e contribui para a sistematização de aprendizados, fortalecendo a replicabilidade das experiências.

No caso específico do Projeto Origem: de volta às raízes, aprovado nas primeiras chamadas públicas do fundo, o apoio do FASB foi fundamental para sua implementação e consolidação, viabilizando recursos financeiros, suporte técnico e acompanhamento metodológico. Essa parceria evidencia a importância de instrumentos de financiamento orientados à sustentabilidade, capazes de impulsionar iniciativas locais e promover transformações estruturais nos territórios.

Dessa forma, o Fundo Ambiental Sul Baiano configura-se como um ator relevante na promoção da agenda socioambiental no sul da Bahia, contribuindo para a articulação entre conservação da biodiversidade, fortalecimento da agricultura familiar e desenvolvimento territorial sustentável. Em seus dois primeiros anos, o FASB investiu € 1.180.000 em 23 projetos distintos, sendo o Projeto Origem um dos destaques, segundo informações divulgadas em seu site oficial³.

4. O PROJETO ORIGEM: DE VOLTA ÀS RAÍZES

O Projeto Origem: de volta às raízes constitui uma iniciativa voltada à promoção do desenvolvimento sustentável no sul da Bahia, articulando ações de restauração ecológica, fortalecimento da agricultura familiar e geração de renda em territórios rurais. Desenvolvido no âmbito de atuação do IMT e apoiado pelo FASB, o projeto surge como resposta a desafios socioambientais historicamente presentes na região, tais como a degradação de áreas naturais, a perda de biodiversidade e a vulnerabilidade socioeconômica de comunidades rurais.

A proposta do projeto fundamenta-se na integração entre conservação ambiental e inclusão socioprodutiva, partindo do pressuposto de que a sustentabilidade dos territórios depende da construção de alternativas econômicas que estejam alinhadas à preservação dos recursos naturais. Nesse sentido, o Projeto Origem busca promover a recuperação de áreas degradadas por meio da implementação de SAFs, combinando espécies nativas e culturas agrícolas de interesse econômico, de modo a conciliar produção e restauração.

A área de atuação do projeto, vide *figura 2*, abrange agricultores familiares da Comunidade Rio do Sul, Santa Cruz Cabrália (BA), priorizando a participação ativa dos beneficiários em todas as etapas, desde o planejamento até a execução das atividades. Essa abordagem participativa contribui para o fortalecimento do protagonismo local, bem como para a valorização dos saberes tradicionais e das práticas produtivas adaptadas às condições específicas do território.

PROJETO ORIGEM : de volta às raízes



Figura 2 – Áreas de intervenção do Projeto Origem (IMT/FASB)

Entre as principais ações desenvolvidas no âmbito do Projeto Origem, destacam-se a implantação de unidades demonstrativas de sistemas agroflorestais, a capacitação técnica de agricultores e agricultoras familiares, o fornecimento de insumos e assistência técnica continuada, além do apoio à comercialização da produção. Essas iniciativas visam não apenas melhorar as condições produtivas, mas também ampliar as oportunidades de geração de renda e promover a segurança alimentar das famílias envolvidas.

4.1. Entregáveis do Projeto Origem

No âmbito do planejamento e execução do projeto, foram definidos entregáveis pelo FASB, que permitem mensurar o alcance das ações propostas, bem como acompanhar sua implementação ao longo do tempo. Esses entregáveis contemplam tanto aspectos produtivos quanto ambientais e sociais, refletindo a abordagem integrada do projeto.

Tabela 1 – Entregáveis do Projeto Origem

Critério técnico	Entregas (descreva e quantifique os produtos)	Área estimada de intervenção
Restauração	a) Restauração de 13,5 ha de área de preservação permanente em estágio inicial de regeneração; b) Reflorestamento de 14,1 há de áreas degradadas, ampliando corredores ecológicos; c) Restauração de 3,73 ha através da implantação de SAFs com espécies florestais e frutíferas nativas; d) Recuperação de 06(seis) nascentes, mananciais e áreas de mata ciliar.	31,33
Conservação	Com ações/investimentos nos demais critérios técnicos, espera-se proteger/conservar ao menos a mesma medida do projeto(hectares) em fragmentos florestais de vegetação nativa no entorno das áreas restauradas.	47,14
Agricultura Sustentável	Implantação de 07 SAFs voltados à agricultura sustentável, conectando fragmentos florestais de vegetação nativa.	9,21
Plantação Sustentável de Árvores	Implantação de 03 ILPFs integrando pecuária e árvores para produção de madeira.	6,60

Desenvolvimento Social	O projeto beneficiará diretamente em torno de 50 pessoas (homens, mulheres, crianças, adolescentes, jovens e idosos) que integram os grupos familiares envolvidos no projeto. Indiretamente, o projeto beneficiará todos os membros da Associação dos Moradores e Produtores Rurais do Rio do Sul (AMOPROSUL)	94,28
Geração de Renda	Incremento de renda de até 30% decorrente da produção de culturais anuais no início dos SAFs e ILPFs.	15,81

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do projeto.

Um aspecto relevante do Projeto Origem refere-se à sua contribuição potencial para a restauração ecológica em escala local. Segundo o Instituto Mãe Terra, a iniciativa foi concebida para restaurar 47,14 hectares de Mata Atlântica em sete propriedades de agricultores familiares de Santa Cruz Cabralia, por meio de técnicas e manejos sustentáveis do solo, da água e da floresta. Em termos ecológicos mais amplos, a literatura recente indica que a restauração florestal pode favorecer a recuperação da biodiversidade, de propriedades físicas e biológicas do solo e de serviços ecossistêmicos, embora os efeitos sobre a água dependam do contexto e envolvam *trade-offs* que precisam ser considerados no planejamento das intervenções (Instituto Mãe Terra, 2022; Romanelli et al., 2022; Vasconcelos et al., 2023; Jones et al., 2022; Hua et al., 2022).

No plano conceitual, abordagens agroecológicas vêm sendo associadas à diversificação produtiva, ao menor uso de insumos externos e ao fortalecimento da resiliência socioecológica dos sistemas alimentares e produtivos. Além disso, o Projeto Origem não

aparece, nas fontes públicas consultadas, como uma ação isolada: ele se insere em um arranjo territorial mais amplo apoiado pelo Fundo Ambiental Sul Baiano, que em seu segundo ciclo passou a priorizar restauração florestal, agrossilvicultura e conexão de fragmentos florestais na Hiléia Baiana, com novos aportes financeiros e parcerias institucionais voltadas à ampliação do impacto em escala de paisagem (Ewert et al., 2023; Dagunga et al., 2023; Zenda & Rudolph, 2024; FASB, 2024; Toto et al., 2025).

Nas descrições públicas consultadas do Instituto Mãe Terra e do FASB, o Projeto Origem é apresentado sobretudo por seus objetivos, área de atuação, público atendido e parceria institucional, sem detalhamento público, ao menos nesses materiais, dos indicadores específicos de monitoramento e avaliação adotados. Ainda assim, a literatura recente é convergente ao apontar que monitoramento contínuo, indicadores claros e gestão adaptativa são essenciais para aferir resultados, corrigir rotas e produzir conhecimento replicável em iniciativas de restauração (Instituto Mãe Terra, 2022; FASB, 2024; Menéndez-Miguélez et al., 2024; Littles et al., 2022).

Dessa forma, o Projeto Origem: de volta às raízes pode ser compreendido como uma experiência relevante de desenvolvimento territorial sustentável, por associar restauração em propriedades da agricultura familiar a um ecossistema regional de apoio e articulação. Evidências recentes sugerem que iniciativas locais de restauração ganham maior capacidade de permanência e escala quando contam com suporte técnico, incentivos adequados, financiamento e articulação institucional compatível com as condições dos produtores e do território (Tavares et al., 2024; Toto et al., 2025; Ewert et al., 2023).

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A degradação dos recursos naturais em áreas rurais está associada a mudanças no uso e na cobertura da terra, à supressão de vegetação nativa e ao manejo inadequado do solo e da água. Na Mata Atlântica, estudos recentes mostram que as respostas hidrológicas variam conforme clima, relevo, solo e cobertura vegetal, mas também evidenciam que mudanças no uso da terra afetam a disponibilidade hídrica e a dinâmica dos cursos d'água. No Brasil, essas pressões se somam a desigualdades persistentes de acesso à água no meio rural: em 2023, apenas 32,3% dos domicílios rurais tinham a rede geral como principal forma de abastecimento, contra 93,4% dos domicílios urbanos (Lopes et al., 2022; IBGE, 2024).

No caso do Projeto Origem, as fontes públicas do Instituto Mãe Terra informam que a iniciativa foi planejada para restaurar 47,14 hectares de Mata Atlântica em sete propriedades de agricultores familiares da Comunidade Rio do Sul, em Santa Cruz Cabralia, por meio de técnicas e manejos sustentáveis do solo, da água e da floresta, alcançando 13 unidades produtivas familiares. Essa formulação permite situar o projeto no campo da restauração ecológica territorial, sem extrapolar para diagnósticos locais específicos que não estejam claramente descritos nos materiais públicos consultados (Instituto Mãe Terra, 2022).

A literatura recente sustenta de forma consistente que a conservação e a restauração da vegetação no entorno de nascentes e zonas ripárias são relevantes para a proteção do solo, a redução do aporte de sedimentos e contaminantes e a manutenção da qualidade ambiental dos ecossistemas aquáticos. Em revisão sistemática sobre a Mata Atlântica, Ebling e Padial (2024) mostraram

que a vegetação ripária atua como importante zona tampão para nutrientes e contaminantes; em estudo multiescalar com riachos tropicais, Oliveira et al. (2025) observaram que a restauração florestal contribuiu para melhorar a qualidade da água e do habitat, embora os resultados dependam da idade, da extensão e da localização da restauração. Na mesma direção, Silva et al. (2024) e Jung et al. (2024) destacam que a conservação e a restauração de nascentes são estratégicas para manter quantidade e qualidade da água e para sustentar a funcionalidade ecológica desses ambientes.

Do ponto de vista produtivo, a literatura recente também questiona modelos agrícolas simplificados e reforça a importância de abordagens integradas entre produção e conservação. Revisões e sínteses recentes associam a agroecologia e a diversificação produtiva ao fortalecimento da resiliência dos sistemas alimentares e à geração simultânea de benefícios ambientais e sociais, sobretudo quando combinadas com apoio institucional, incentivos adequados e desenho territorial coerente com as condições locais (Ewert et al., 2023; Dagunga et al., 2023; Rasmussen et al., 2024).

No campo da conectividade da paisagem, os corredores ecológicos são reconhecidos como instrumentos relevantes para reduzir os efeitos da fragmentação e favorecer o deslocamento de espécies em paisagens altamente transformadas. Em uma região fragmentada da Mata Atlântica, Beltrão et al. (2024) mostram que corredores ecológicos podem ser planejados como soluções custo-efetivas para melhorar a conectividade, especialmente quando articulados à restauração florestal. Isso reforça a pertinência de iniciativas territoriais que conectem áreas em recuperação a remanescentes conservados.

Quanto às técnicas de restauração, a literatura recente indica que não há um modelo único aplicável a todas as áreas. A escolha entre regeneração natural, plantio de mudas, semeadura direta, nucleação ou combinações entre essas estratégias deve considerar o grau de degradação, a disponibilidade de propágulos, a presença de gramíneas exóticas, os custos, a logística e os objetivos ecológicos. No Brasil, Souza e Engel (2023) sintetizaram 53 experimentos de semeadura direta e mostraram seu potencial como alternativa de menor custo, embora dependente de alta disponibilidade de sementes viáveis e controle de competidoras; Bahia et al. (2023), em revisão e meta-análise, demonstraram que técnicas de nucleação podem aumentar o estabelecimento de plantas; e Casati Fernandes et al. (2025) verificaram, em área de Mata Atlântica, que técnicas ativas favoreceram estrutura da vegetação e riqueza de espécies em relação à restauração passiva em seu estudo. Nos materiais públicos do Instituto Mãe Terra, porém, o Projeto Origem é descrito de modo mais geral, sem um protocolo técnico fechado detalhado, sendo associado a técnicas e manejos sustentáveis do solo, da água e da floresta (Souza e Engel, 2023; Bahia et al., 2023; Casati Fernandes et al., 2025; Instituto Mãe Terra, 2022).

Por fim, a literatura recente converge ao indicar que restauração eficaz depende de monitoramento, avaliação e ajustes ao longo do tempo. Ribeiro e Massi (2025), ao compararem protocolos de monitoramento em áreas de semeadura direta na Mata Atlântica, reforçam que a escolha do método de avaliação influencia a leitura da trajetória de recuperação; Menéndez-Miguélez et al. (2024) destacam a necessidade de indicadores claros e comparáveis; e Toto et al. (2025) mostram que programas de restauração ganham escala quando combinam apoio técnico e redução de barreiras de implementação. Dessa forma, a fundamentação do Projeto Origem

pode ser apresentada, com maior precisão, como uma proposta de restauração territorial integrada que articula agricultura familiar, manejo sustentável e restauração da Mata Atlântica, sem atribuir ao projeto detalhes não comprovados nas fontes públicas consultadas (Ribeiro e Massi, 2025; Menéndez-Miguélez et al., 2024; Toto et al., 2025).

5.1. Indicadores Institucionais e Avaliação de Iniciativas Territoriais

A utilização de indicadores institucionais constitui uma ferramenta fundamental para a avaliação de políticas públicas e iniciativas de desenvolvimento territorial, permitindo mensurar resultados, monitorar processos e subsidiar a tomada de decisão. Esses indicadores possibilitam a análise integrada de dimensões econômicas, sociais, ambientais e institucionais, contribuindo para a compreensão da efetividade das intervenções em contextos complexos. Publicações recentes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD) reforçam essa perspectiva ao defender estruturas de resultados capazes de articular insumos, atividades, produtos, efeitos e impactos, com indicadores alinhados a objetivos mais amplos de desenvolvimento sustentável e com integração entre diferentes dimensões de análise (OECD, 2024; OECD, 2025).

No âmbito dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), os indicadores institucionais assumem papel estratégico ao evidenciar aspectos como governança, cooperação entre atores, capacidade organizativa e nível de articulação territorial. Conforme destacam José Eduardo Cassiolato e Helena Maria Martins Lastres, os arranjos produtivos locais devem ser compreendidos como aglomerações territoriais de

agentes econômicos, políticos e sociais que envolvem empresas, formas de representação e diversas instituições públicas e privadas, sendo a dimensão institucional elemento crucial para a capacitação produtiva e inovativa (Cassiolato; Lastres, 2003; Lastres; Cassiolato, 2009). Essa leitura permanece atual em estudos recentes, como a revisão sistemática de Franca, Alves e Waltenberg (2024), que aponta a governança como fator decisivo para viabilizar sinergias, competitividade e desenvolvimento nos APLs.

Nessa perspectiva, a avaliação de iniciativas territoriais demanda instrumentos capazes de captar não apenas resultados quantitativos, mas também processos qualitativos relacionados à governança e à construção de capital social. Estudos sobre sistemas produtivos locais ressaltam que a efetividade das políticas e projetos está diretamente associada à capacidade de coordenação entre atores públicos e privados, bem como à existência de mecanismos institucionais que favoreçam a cooperação e a inovação. Em diálogo com essa formulação, Pires (2023) mostra que modalidades de governança territorial, inclusive comitês gestores de APLs, podem influenciar as estratégias de planejamento do desenvolvimento territorial sustentável, democrático e participativo; já a OECD (2024) recomenda explicitamente que sistemas de monitoramento e avaliação combinem evidências quantitativas e qualitativas para lidar com conceitos complexos, como governança, participação e capacidades institucionais (Pires, 2023; OECD, 2024).

Além disso, organismos internacionais, como a OECD, destacam a importância do uso de estruturas integradas de indicadores para avaliar iniciativas complexas, recomendando abordagens que articulem múltiplas dimensões do desenvolvimento. Em vez de depender de uma única métrica, a tendência recente é trabalhar

com painéis e *frameworks* territorializados, capazes de mensurar distâncias em relação a metas, acompanhar desigualdades territoriais e orientar políticas mais ajustadas ao contexto. Exemplo disso é o quadro territorial de indicadores climáticos proposto pela OECD, que reúne 45 indicadores comparáveis entre escalas de governo e enfatiza a utilidade de referenciais padronizados para monitorar metas e vulnerabilidades em diferentes territórios (OECD, 2023; OECD, 2024).

Nesse contexto, a análise do Projeto Origem a partir de indicadores institucionais revela-se relevante para examinar sua coerência com os resultados institucionais esperados no âmbito dos Arranjos Produtivos Locais do Instituto Mãe Terra. Tal abordagem permite verificar em que medida o desenho e a implementação do projeto se orientam para resultados como a melhoria das condições socioeconômicas das famílias atendidas, o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, a consolidação de comunidades social e economicamente mais fortalecidas e a valorização de saberes e práticas culturais locais.

No caso do Instituto Mãe Terra, em parceria com o Fundo Ambiental Sul Baiano (FASB), as informações públicas indicam que o Projeto Origem envolve ações de restauração ecológica em áreas de Mata Atlântica junto a agricultores familiares no município de Santa Cruz Cabrália, além de contar com mecanismos de acompanhamento técnico, monitoramento e análise de indicadores. Ainda que a matriz específica de indicadores do projeto não esteja detalhada publicamente, a existência desses instrumentos reforça a importância de uma análise orientada por resultados institucionais esperados, permitindo examinar a aderência do projeto às diretrizes

institucionais e sua consistência em relação aos efeitos pretendidos no território (Instituto Mãe Terra, 2022; FASB, 2024).

Assim, a utilização de indicadores institucionais não apenas viabiliza a mensuração dos resultados do projeto, mas também contribui para a compreensão de sua orientação em direção a transformações estruturais no território, em consonância com os princípios do desenvolvimento territorial sustentável. Nessa perspectiva, a contribuição do Projeto Origem deve ser analisada não apenas em termos de resultados físicos e produtivos, mas sobretudo em relação à sua capacidade de se alinhar a resultados institucionais esperados, como o fortalecimento das condições socioeconômicas das famílias, a ampliação da segurança alimentar e nutricional, o fortalecimento de comunidades e a valorização de saberes e práticas locais.

Adicionalmente, a análise deve considerar dimensões como a promoção da cooperação entre atores, a aprendizagem institucional, a coordenação territorial e a integração entre conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico. Tais dimensões são amplamente reconhecidas pela literatura recente como centrais em iniciativas territoriais complexas, reforçando a relevância de abordagens analíticas que articulem resultados institucionais e dinâmicas territoriais (Franca; Alves; Waltenberg, 2024; Pires, 2023; OECD, 2024).

6. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO ORIGEM

O Projeto Origem: de volta às raízes teve como objetivo a restauração de 47,14 hectares de Mata Atlântica em sete propriedades de agricultores familiares da Comunidade Rio do Sul, no município de Santa Cruz Cabralia (BA), por meio de técnicas e manejos

sustentáveis do solo, da água e da floresta. Segundo a descrição institucional pública do Instituto Mãe Terra, o projeto atendeu agricultores familiares de 13 unidades produtivas familiares, o que confirma sua inserção no campo da restauração ecológica associada ao fortalecimento produtivo local (Instituto Mãe Terra, 2022). Além disso, sua vinculação ao Fundo Ambiental Sul Baiano (FASB) o situa em uma estratégia territorial mais ampla de restauração florestal, uso sustentável do solo e fortalecimento comunitário na Hiléia Baiana (FASB, 2024).

A iniciativa articulou a adoção de práticas sustentáveis de manejo à conservação ambiental e à geração de renda, o que é coerente com a literatura recente sobre restauração na Mata Atlântica e agroflorestas. Urruth et al. (2022) destacam que a agrofloresta pode contribuir para a melhoria da produtividade do solo, conservação da biodiversidade, funções ecossistêmicas, mitigação da mudança climática, conectividade da paisagem e benefícios de subsistência; Tavares et al. (2024), por sua vez, mostram que a participação de pequenos produtores em projetos de restauração depende de incentivos, motivações e condições locais de implementação. Em escala mais ampla, Toto et al. (2025) demonstram que programas de restauração florestal na Mata Atlântica tendem a avançar quando ajudam proprietários e agricultores a superar barreiras financeiras e informacionais (Urruth et al., 2022; Tavares et al., 2024; Toto et al., 2025).

Ao longo de sua execução, com base no relatório final de monitoramento do projeto entregue ao FASB, a iniciativa superou a meta inicialmente estabelecida em 13,7%, alcançando 53,6 hectares restaurados. Também registra ações como o reflorestamento de 31,99 hectares de Mata Atlântica, sendo 17,89 hectares em Áreas de

Preservação Permanente (APPs) e 14,1 hectares em áreas degradadas. (Instituto Mãe Terra, 2024).

Da mesma forma, o relatório aponta a implantação de 17,15 hectares de Sistemas Agroflorestais (SAFs) de base ecológica, com espécies nativas vulneráveis e frutíferas tradicionais, e a recuperação de 4,55 hectares de pastagens degradadas por meio de sistemas de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF). Olhando para esses dados, a literatura recente corrobora a pertinência técnica desse tipo de abordagem: agroflorestas são reconhecidas como práticas favoráveis à restauração e aos meios de vida no contexto da Mata Atlântica (Urruth et al., 2022), e sistemas integrados ou silvipastoris vêm sendo apontados como estratégia promissora para recuperar pastagens degradadas, melhorar condições do solo e aumentar a resiliência produtiva (Pimentel et al., 2025). O projeto contemplou ainda atividades de diagnóstico, formação e assistência técnica, contribuindo para o fortalecimento da consciência ambiental e das capacidades produtivas das famílias envolvidas. Esse componente também encontra respaldo na literatura recente: Cruz, Xavier e Teixeira (2024) mostram que ações de assistência técnica e extensão rural têm efeito direto positivo sobre os meios de vida e a qualidade de vida de agricultores familiares, com impactos importantes sobre renda, capital financeiro e condições gerais de reprodução social no campo. Desse modo, a presença de formação e assistência técnica no Projeto Origem é consistente com evidências contemporâneas sobre o papel desses instrumentos em iniciativas de desenvolvimento rural sustentável (Cruz; Xavier; Teixeira, 2024).

6.1. Resultados e Impactos Observados

Em consonância com o objetivo de restaurar áreas de Mata Atlântica por meio da adoção de práticas sustentáveis, articulando conservação ambiental e geração de renda para agricultores familiares, o Projeto Origem alcançou resultados relevantes, tanto no campo ambiental quanto socioeconômico na Comunidade Rio do Sul, no município de Santa Cruz Cabralia (BA). Em fonte pública do Instituto Mãe Terra, o projeto é apresentado como uma iniciativa voltada à restauração de 47,14 hectares de Mata Atlântica em sete propriedades rurais da comunidade, com atendimento a 13 unidades produtivas familiares, o que confirma sua inserção em uma estratégia de restauração ecológica territorial associada ao fortalecimento produtivo local (Instituto Mãe Terra, 2022). O apoio do Fundo Ambiental Sul Baiano (FASB) também situa o projeto em uma agenda regional mais ampla de restauração florestal, agricultura sustentável e fortalecimento comunitário na Hiléia Baiana (FASB, 2023; FASB, 2024).

Destaca-se, inicialmente, a superação da meta prevista de restauração (47,14 hectares), alcançando 53,6 hectares, o que representa um incremento de aproximadamente 6,46 hectares, equivalente a 13,7% acima do previsto, conforme aponta relatório técnico final de monitoramento do projeto. Nesse contexto, ressalta-se a recuperação de áreas degradadas, especialmente em boqueirões, lagoas e áreas situadas em Área de Proteção Ambiental (APA), contribuindo para a recomposição de ecossistemas e da vegetação nativa. A literatura recente reforça que intervenções de restauração florestal na Mata Atlântica podem produzir ganhos ambientais importantes quando combinadas com apoio técnico e condições adequadas de implementação (Toto et al., 2025).

Paralelamente, ainda segundo o referido relatório, houve a proteção e recuperação de nascentes e cursos d'água, fortalecendo a segurança hídrica e a funcionalidade da bacia hidrográfica local. Ademais, as áreas ameaçadas pela presença de gado foram devidamente cercadas, assegurando a integridade das áreas em processo de regeneração. A literatura recente sustenta fortemente a relevância dessas ações: a restauração florestal em paisagens tropicais melhora atributos de habitat e de qualidade da água em cursos d'água, especialmente quando ocorre em áreas ripárias, e a presença de gado em APPs e zonas ripárias é reconhecida como fator de erosão, perda de vegetação, assoreamento e degradação ecológica (Oliveira et al., 2025; Ebling; Padial, 2024; Tavares et al., 2024).

A implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs), vide *figura 3*, constituiu um eixo central das ações, promovendo a integração entre restauração ecológica e produção agrícola, com uso de espécies nativas e geração de renda para as famílias. A adoção de práticas sustentáveis de manejo do solo, da água e da vegetação ampliou os serviços ecossistêmicos e a resiliência produtiva das propriedades. Esse desenho é coerente com a literatura recente sobre restauração na Mata Atlântica, que aponta os SAFs como estratégia capaz de conciliar restauração, diversificação produtiva e meios de vida de agricultores familiares, ao mesmo tempo em que favorece biodiversidade, conectividade da paisagem e funções ecossistêmicas (Shennan-Farpón et al., 2022; Urruth et al., 2022).



Figura 3 - SAF implantado no Rio do Sul

Nesse cenário, observou-se o fortalecimento da agricultura familiar, com a retomada e diversificação das atividades produtivas por agricultores que anteriormente se encontravam desmotivados, bem como a melhoria da renda por meio da comercialização de produtos oriundos desses sistemas. Dentre as culturas que potencializaram a agricultura familiar, destacam-se, no relato do projeto, o cacau, a banana e a pimenta-do-reino. A literatura recente confirma que a adesão de pequenos produtores a ações de restauração na Mata Atlântica depende justamente da combinação entre incentivos, viabilidade produtiva, apoio técnico e perspectivas concretas de renda, sendo a agrofloresta uma alternativa promissora nesse processo (Tavares et al., 2024; Shennan-Farpón et al., 2022).

Evidencia-se, ainda, o protagonismo dos agricultores familiares, que, além de contribuírem com mão de obra nas atividades de implantação e manejo dos SAFs e das áreas de restauração,

realizaram investimentos com recursos próprios em itens não contemplados pelo projeto, potencializando seus resultados e ampliando os impactos alcançados. O projeto contemplou também atividades de formação, assistência técnica e acompanhamento, o que é compatível com a forma de atuação do FASB, que declara oferecer suporte técnico aos projetos desde a origem até a implementação, e com estudos recentes que demonstram efeitos positivos da assistência técnica e extensão rural sobre meios de vida e qualidade de vida de agricultores familiares (FASB, 2023; Cruz; Xavier; Teixeira, 2024).

Outro resultado relevante foi a ampliação da consciência e da cultura ambiental entre as famílias envolvidas, evidenciada pela sensibilização quanto à importância da proteção da floresta e dos recursos naturais. O projeto também promoveu o engajamento de toda a unidade familiar — incluindo crianças, adolescentes, jovens e adultos — nas atividades de conservação. Ademais, a implantação de sistemas de captação e distribuição de água contribuiu para a melhoria das condições de produção e para a sustentabilidade das práticas adotadas. Como expressão qualitativa dos impactos percebidos, destaca-se o depoimento de Catiane Feu, jovem agricultora beneficiária do projeto, divulgado em postagem institucional do Instituto Mãe Terra: “A Terra pede socorro, e estamos tapando os ouvidos para o seu grito. Traçar novos caminhos de desenvolvimento requer paciência e sabedoria, assim como a mãe natureza nos ensina. Com o projeto do FASB, podemos fazer diferente... ouvir a Mãe Terra e escrever uma nova história” (Instituto Mãe Terra, 2024).

Os resultados e impactos do projeto podem ser visualizados no vídeo disponível em: <https://youtu.be/XLdOgErFfas>

6.2. Principais Aprendizados do Desenvolvimento do Projeto

A implementação do Projeto Origem demonstrou que a restauração ambiental integrada à geração de renda tende a ser mais efetiva quando há forte engajamento das famílias agricultoras, com participação ativa, contrapartidas em mão de obra e investimentos próprios, fortalecendo o senso de pertencimento e a sustentabilidade das ações. Esse aprendizado é compatível com a literatura recente, que recoloca as dimensões humanas no centro da restauração e mostra que a participação comunitária favorece não apenas a efetividade ecológica, mas também a apropriação social do processo, o acompanhamento contínuo das áreas restauradas e a permanência dos resultados ao longo do tempo (Mansourian et al., 2025; Sathiyamoorthy; Sakurai, 2024).

Evidenciou-se, ainda, a importância da adaptação das estratégias às condições locais, especialmente em áreas de difícil acesso e relevo acentuado, bem como da flexibilidade técnica e do acompanhamento contínuo ao longo da execução. Essa formulação converge com a abordagem do FASB, descrita como construída “de baixo para cima” e orientada pelas realidades locais, e com estudos recentes que mostram que monitoramento de longo prazo e gestão adaptativa são decisivos para corrigir desvios, responder a obstáculos operacionais e sustentar os resultados da restauração; além disso, o custo e a viabilidade das intervenções variam conforme o contexto, o que reforça a necessidade de desenho técnico-operacional flexível (FASB, 2024b; Xing et al., 2025; Andres et al., 2024).

O processo também reforçou que a transição para práticas agroecológicas exige tempo, formação e sensibilização, sendo

fundamental o alinhamento de expectativas junto aos beneficiários quanto aos limites e possibilidades do projeto. A literatura recente sobre transições agroecológicas sustenta essa leitura ao indicar que tais processos dependem de suporte sociotécnico local, pesquisa participativa, aprendizagem estratégica, reflexão contínua e apoio de extensão e formação, além de se desenvolverem de modo gradual, e não imediato (Jones et al., 2022; Markiewicz-Keszycka et al., 2025; Sean et al., 2026).

Destacou-se, igualmente, a relevância do cumprimento das contrapartidas e da mobilização comunitária, incluindo a realização de mutirões, como estratégia para garantir o alcance das metas estabelecidas. Embora esse aprendizado esteja apresentado no relatório final do projeto, ele também encontra respaldo no contexto mais amplo do FASB, cujo relatório anual registrou 122 mutirões e 70 sessões de treinamento em 2023 no conjunto dos projetos apoiados, além de destacar a circulação de mão de obra e conhecimentos técnicos entre iniciativas. Em convergência, estudos recentes mostram que a participação em ações coletivas favorece a adoção e acelera a implementação de medidas de conservação do solo e da água, justamente por fortalecer mecanismos de cooperação, trabalho conjunto e mobilização de recursos (FASB, 2024a; FASB, 2024b; Jia et al., 2024).

Por fim, ressaltou-se a necessidade de planejamento operacional e financeiro compatível com o fluxo de liberação de recursos, de modo a evitar impactos negativos no ritmo de execução das atividades. Esse ponto também é corroborado por evidências recentes: o relatório de impacto do FASB informa que os projetos recebem financiamento em parcelas, com base em atividades acordadas, enquanto a literatura internacional aponta que limitações

financeiras e dificuldades de custeio seguem entre as principais barreiras para a restauração em escala, exigindo compatibilização entre cronograma técnico, desembolso e capacidade de implementação (FASB, 2024b; Andres et al., 2024; zu Ermgassen; Löfqvist, 2024).



Figura 4 – Mutirões de plantio de espécies nativas em áreas degradadas

6.3. Principais Desafios Enfrentados

A execução do Projeto Origem enfrentou desafios relevantes ao longo de sua implementação, como é esperado em projetos dessa envergadura. Dentre eles, destacam-se as limitações relacionadas às áreas degradadas, muitas vezes de difícil acesso e com acentuado declive, o que dificultou a logística e a execução das atividades de restauração. Esse tipo de obstáculo é coerente com a literatura recente, que mostra que os custos, o esforço operacional e a viabilidade da restauração variam fortemente conforme o contexto

biofísico e territorial, exigindo planejamento adaptado às condições concretas de cada área (Andres et al., 2024; Xing et al., 2025).

Observou-se, ainda, que dois beneficiários inicialmente envolvidos não conseguiram se adaptar às práticas agroecológicas propostas, tratando-se, contudo, de situações pontuais que não comprometeram o conjunto das ações desenvolvidas. Esse fato encontra respaldo em estudos recentes que mostram que a adesão de pequenos produtores a iniciativas de restauração e agroecologia é heterogênea e depende de motivações, expectativas, dependência econômica da área produtiva, percepção de risco e acesso a apoio técnico. Na Mata Atlântica, por exemplo, Tavares et al. (2024) identificaram diferenças marcantes entre perfis de proprietários rurais, bem como barreiras relacionadas a custos, trabalho e dificuldade de implementação da restauração; já Tranchina et al. (2024) sistematizaram obstáculos recorrentes à adoção de agroflorestas, entre eles falta de conhecimento técnico, necessidade de trabalho e tempo, investimento inicial e suporte especializado (Tavares et al., 2024; Tranchina et al., 2024).

Outro ponto de atenção foi a existência de expectativas elevadas por parte de alguns participantes quanto à realização de investimentos em infraestrutura de captação e distribuição de água, nem sempre compatíveis com o escopo do projeto, ainda que tenham sido implementadas soluções que contribuíram para a melhoria das condições de produção. Também aqui a literatura recente ajuda a contextualizar o aprendizado: Tavares et al. (2024) mostram que a regulação da água aparece entre as motivações mais frequentes para o engajamento de proprietários em ações de restauração na Mata Atlântica, em um contexto em que quase todos os entrevistados relataram secamento de nascentes e redução da

vazão de cursos d'água em suas propriedades. Isso sugere que expectativas em torno de soluções hídricas tendem a ocupar lugar central nas negociações e percepções sobre projetos dessa natureza (Tavares et al., 2024).

Além disso, verificou-se, em alguns casos, baixa flexibilidade de produtores na definição dos arranjos mais adequados de Sistemas Agroflorestais (SAFs), o que exigiu maior esforço de mediação e orientação técnica. Esse ponto converge com a literatura recente sobre agroecologia e agroflorestas, segundo a qual transições sustentáveis não dependem apenas da oferta de técnicas, mas de processos de aprendizagem, cointerpretação local, apoio sociotécnico e desenho ajustado ao contexto de cada propriedade. Jones et al. (2022) destacam que políticas habilitadoras, pesquisa participativa e suporte sociotécnico local são catalisadores centrais das transições agroecológicas; Tranchina et al. (2024), por sua vez, mostram que conhecimento técnico, tempo, mão de obra e suporte especializado figuram entre os obstáculos mais recorrentes à adoção de sistemas agroflorestais (Jones et al., 2022; Tranchina et al., 2024).

Também foram identificadas dificuldades no cumprimento das contrapartidas por parte de alguns beneficiários, especialmente no que se refere às metas de plantio de espécies nativas e à realização de cercamentos, o que demandou intervenções adicionais, como a organização de mutirões para garantir o alcance dos objetivos propostos. Em relatório de impacto já referenciado, o FASB registra 202 mutirões com 4.083 participantes e destaca que atividades coletivas como plantio e coleta de sementes ajudam a criar senso de pertencimento, ampliar a compreensão do valor do trabalho e fortalecer a coesão entre os projetos. O mesmo relatório também descreve o FASB como uma abordagem “de baixo para cima”, com

liderança local e responsabilização comunitária pela gestão dos projetos (FASB, 2024a; FASB, 2024b).

Por fim, o intervalo entre a liberação das parcelas de recursos constituiu um fator limitante para o ritmo de execução das atividades. Esse desafio também encontra respaldo nas fontes públicas consultadas: o relatório de impacto do FASB informa que os projetos recebem financiamento em parcelas, com base em atividades acordadas, enquanto a literatura recente enfatiza que restrições financeiras, incertezas de investimento e cronogramas longos seguem entre as principais barreiras à implementação da restauração ecológica em escala (FASB, 2024b; Andres et al., 2024; Ayompe et al., 2025).

7. RESULTADOS DO PROJETO ORIGEM E INDICADORES DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS

A análise dos resultados do Projeto Origem ganha maior robustez quando articulada a indicadores institucionais da macroação “Arranjos Produtivos Locais (APLs)” do Instituto Mãe Terra, especialmente aqueles relacionados à melhoria das condições socioeconômicas das famílias atendidas, ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, à consolidação de comunidades social e economicamente mais fortalecidas e à valorização de saberes e práticas culturais locais. Essa abordagem permite compreender o projeto não apenas em escala local, mas também em sua capacidade de dialogar com dinâmicas econômicas, sociais, ambientais e institucionais mais amplas. Em publicações recentes, a OECD tem defendido que iniciativas complexas de desenvolvimento sejam avaliadas por estruturas de resultados capazes de integrar diferentes dimensões e de combinar monitoramento de produtos,

efeitos e impactos, com indicadores compatíveis com objetivos mais amplos de sustentabilidade e governança (OECD, 2024; OECD, 2025).

No âmbito dos APLs, essa leitura é especialmente pertinente porque a literatura recente reafirma o papel estratégico da governança, da cooperação entre atores e da articulação territorial para o desempenho dos arranjos. No enquadramento analítico da macroação APLs, o território de atuação do Projeto Origem pode ser compreendido como parte de uma base produtiva rural em que agricultura familiar, diversificação, acesso a mercados e transição para sistemas produtivos mais sustentáveis são fatores centrais. Em estudos recentes no Brasil, a infraestrutura logística, o crédito e os canais de comercialização mostraram influência importante sobre os padrões de diversificação agrícola, enquanto a agrofloresta tem sido reconhecida como prática capaz de combinar produtividade, biodiversidade, serviços ecossistêmicos e benefícios aos meios de vida rurais (Franca; Alves; Waltenberg, 2024; Pires, 2023; Perosa et al., 2024; Urruth et al., 2022; Shennan-Farpón et al., 2022).

Do ponto de vista ambiental, os dados reportados no relatório final do projeto indicam a restauração de 53,6 hectares de Mata Atlântica, incluindo áreas de preservação permanente e áreas degradadas, além da recuperação de seis nascentes. Esses elementos podem ser analisados em articulação com resultados institucionais esperados, na medida em que a recuperação de ecossistemas e a proteção de recursos hídricos constituem condições fundamentais para a sustentabilidade dos meios de vida rurais e para a segurança alimentar e nutricional. Em termos mais amplos, a literatura recente mostra que programas de restauração na Mata Atlântica podem avançar quando contribuem para a superação de barreiras

financeiras e informacionais, reforçando a pertinência desses indicadores ambientais (Instituto Mãe Terra, 2022; Toto et al., 2025).

No que se refere à dimensão produtiva, a implantação de 17,15 hectares de Sistemas Agroflorestais (SAFs) e a recuperação de 4,55 hectares por meio de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF), também reportadas no relatório final, permitem analisar a relação entre os resultados do projeto e resultados institucionais esperados como a melhoria das condições socioeconômicas e o fortalecimento de estratégias sustentáveis de geração de renda. Esses sistemas ampliam a resiliência das unidades produtivas, reduzem a dependência de monoculturas e fortalecem cadeias produtivas estratégicas, como a do cacau. Além disso, a introdução e o fortalecimento de culturas como banana e pimenta-do-reino indicam possibilidades de diversificação produtiva e inserção em mercados, ainda que a mensuração direta desses efeitos demande evidências adicionais. A literatura recente sustenta essa leitura ao indicar que a agrofloresta pode melhorar produtividade do solo, biodiversidade, conectividade da paisagem e meios de vida, enquanto sistemas integrados contribuem para a recuperação de pastagens e para a resiliência produtiva (Urruth et al., 2022; Shennan-Farpón et al., 2022; Pimentel et al., 2025).

Na dimensão socioeconômica, o envolvimento direto de famílias agricultoras, com participação ativa nas atividades, engajamento em mutirões e realização de investimentos próprios, constitui um conjunto de evidências que permite analisar a aderência do projeto a resultados institucionais como o fortalecimento comunitário e a melhoria das condições de vida. A mobilização coletiva e o engajamento de diferentes membros das famílias também dialogam com dimensões relacionadas à coesão social e à

capacidade organizativa, aspectos relevantes para a consolidação de comunidades social e economicamente mais fortalecidas. Estudos recentes indicam que o capital social e a participação em ações coletivas favorecem a adoção de práticas sustentáveis e a implementação de medidas de conservação (Wen et al., 2024; Jia et al., 2024).

Outro ponto de convergência refere-se ao fortalecimento das capacidades técnicas e produtivas dos agricultores, por meio de atividades de formação e assistência técnica. Esses elementos permitem analisar a contribuição do projeto para resultados institucionais relacionados à qualificação dos atores locais, à difusão de conhecimentos e à promoção de práticas sustentáveis, aspectos que se conectam tanto à melhoria das condições socioeconômicas quanto à segurança alimentar e nutricional. Evidências recentes no Brasil reforçam o papel da assistência técnica e extensão rural na melhoria dos meios de vida de agricultores familiares (Cruz; Xavier; Teixeira, 2024).

Adicionalmente, a valorização de práticas produtivas associadas ao uso sustentável dos recursos naturais e o envolvimento das famílias nas atividades do projeto permitem analisar sua relação com resultados institucionais voltados à valorização de saberes e práticas culturais locais. Ainda que tais dimensões sejam predominantemente qualitativas, sua consideração é central para compreender iniciativas que articulam produção, cultura e território.

Do ponto de vista institucional, a articulação entre diferentes parceiros — incluindo organizações da sociedade civil, financiadores e comunidades — constitui um elemento relevante para a análise de resultados relacionados à governança territorial, cooperação e

coordenação entre atores. A experiência do FASB reforça essa leitura ao destacar a importância de redes, parcerias e circulação de conhecimentos no fortalecimento do ambiente institucional dos territórios (Franca; Alves; Waltenberg, 2024; Pires, 2023; FASB, 2024a; FASB, 2024b).

Entretanto, a articulação dos dados também evidencia a importância de considerar fatores estruturais que condicionam o alcance dos resultados institucionais esperados, como limitações de escala produtiva, logística, acesso a mercados e dependência de recursos externos. Estudos recentes mostram que crédito, infraestrutura e canais de comercialização influenciam diretamente a diversificação agrícola, enquanto barreiras financeiras e informacionais ainda limitam a ampliação de iniciativas de restauração na Mata Atlântica (Perosa et al., 2024; Tavares et al., 2024; Toto et al., 2025). Esses elementos não constituem resultados em si, mas condicionantes relevantes para sua análise.

Dessa forma, a articulação entre os dados do Projeto Origem e os indicadores institucionais dos Arranjos Produtivos Locais do Instituto Mãe Terra permite desenvolver uma análise orientada à verificação de coerência e alinhamento com os resultados institucionais esperados da macroação. Ao relacionar dimensões ambientais, produtivas, socioeconômicas e culturais, essa abordagem contribui para situar o projeto no campo mais amplo do desenvolvimento territorial sustentável, sem antecipar conclusões sobre impactos, mas oferecendo bases analíticas para sua compreensão em contextos territoriais complexos (OECD, 2024; Franca; Alves; Waltenberg, 2024; FASB, 2024b).

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo analisou a implementação e os resultados do Projeto Origem: de volta às raízes, evidenciando sua configuração como uma estratégia integrada de restauração ambiental e fortalecimento da agricultura familiar no território do sul da Bahia. A partir de uma abordagem que articula conservação da Mata Atlântica, adoção de práticas agroecológicas e geração de renda, o projeto permite examinar a viabilidade de modelos de intervenção territorial baseados na integração entre dimensões ambientais, produtivas e sociais. Em fonte pública do Instituto Mãe Terra, o Projeto Origem é apresentado como uma iniciativa voltada à restauração de 47,14 hectares de Mata Atlântica em sete propriedades de agricultores familiares da comunidade Rio do Sul, em Santa Cruz Cabrália, o que confirma sua inserção em uma estratégia territorial de restauração associada ao fortalecimento produtivo local (Instituto Mãe Terra, 2022). A literatura recente reforça que intervenções dessa natureza tendem a apresentar maior consistência quando articulam restauração ecológica, apoio a pequenos produtores e mecanismos de superação de barreiras de implementação (Shennan-Farpón et al., 2022; Toto et al., 2025; Tavares et al., 2024).

Os dados analisados — incluindo informações sobre restauração de áreas, adoção de sistemas agroflorestais, recuperação de nascentes e ações de assistência técnica — permitem situar o projeto em relação a resultados institucionais esperados, como a melhoria das condições socioeconômicas das famílias, o fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, a consolidação de comunidades mais fortalecidas e a valorização de saberes e práticas locais. Essa leitura converge com a literatura recente sobre a Mata Atlântica, que destaca o potencial de iniciativas que integram restauração produtiva, participação de agricultores familiares e apoio técnico

continuado (Tavares et al., 2024; Shennan-Farpón et al., 2022; Toto et al., 2025).

Do ponto de vista analítico, a articulação dos dados do projeto com indicadores institucionais da macroação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) do Instituto Mãe Terra mostrou-se relevante para examinar sua coerência com dimensões centrais do desenvolvimento territorial, como diversificação produtiva, geração de renda, capital social e governança. Nessa perspectiva, o Projeto Origem pode ser compreendido como uma iniciativa que dialoga com dinâmicas territoriais mais amplas, permitindo analisar sua orientação em relação a resultados institucionais esperados. Essa abordagem converge com estudos recentes sobre APLs e governança territorial, que destacam a coordenação entre atores, a capacidade institucional e a articulação territorial como fatores decisivos para a sustentabilidade de iniciativas de desenvolvimento (Franca; Alves; Waltenberg, 2024; Pires, 2023).

Além disso, o estudo evidencia a centralidade do engajamento das comunidades locais como elemento-chave para a implementação das ações. A participação dos agricultores, aliada a atividades de formação, assistência técnica e acompanhamento, configura um conjunto de fatores que favorecem a continuidade das práticas adotadas e a apropriação local dos processos. Essa interpretação é compatível com a literatura recente, que enfatiza o papel das dimensões humanas, da aprendizagem e da assistência técnica na sustentação de iniciativas de restauração ecológica e desenvolvimento rural (Mansourian et al., 2025; Cruz; Xavier; Teixeira, 2024), bem como com estudos que apontam a importância de indicadores e monitoramento contínuo para avaliações mais robustas (Menéndez-Miguélez et al., 2024).

Por outro lado, a análise também evidencia desafios relevantes, como limitações logísticas, dificuldades no cumprimento de contrapartidas, necessidade de alinhamento de expectativas e dependência de fluxos financeiros externos. Esses elementos indicam que o alcance dos resultados institucionais esperados está condicionado a fatores estruturais que exigem aperfeiçoamentos institucionais, financeiros e operacionais. A literatura recente corrobora esse diagnóstico ao destacar que custos, desenho financeiro, cronogramas de desembolso e capacidade de monitoramento figuram entre os principais desafios para a restauração em escala, enquanto transições agroecológicas dependem de suporte sociotécnico e de processos graduais de consolidação (Andres et al., 2024; zu Ermgassen; Löfqvist, 2024; Jones et al., 2022).

Como limitação do estudo, destaca-se a concentração da análise em uma experiência territorial específica, o que pode restringir a generalização dos achados. Ademais, a disponibilidade de dados sistematizados — especialmente em séries temporais mais longas — ainda constitui um desafio para avaliações mais aprofundadas de impacto. Diante disso, sugere-se, como agenda para pesquisas futuras, a realização de estudos comparativos entre diferentes iniciativas de restauração produtiva, bem como a ampliação do monitoramento longitudinal dos impactos socioeconômicos e ambientais. Recomenda-se, ainda, o aprofundamento da análise sobre mecanismos de financiamento sustentável e sobre a integração entre políticas públicas e iniciativas territoriais. Essas recomendações estão alinhadas à literatura recente, que enfatiza a necessidade de indicadores harmonizados, acompanhamento de longo prazo e maior sofisticação metodológica na avaliação de

projetos de restauração e desenvolvimento territorial (Menéndez-Miguélez et al., 2024; OECD, 2024; OECD, 2025).

Por fim, conclui-se que o Projeto Origem constitui uma experiência relevante para a análise de iniciativas voltadas ao desenvolvimento territorial sustentável, especialmente em contextos que articulam conservação ambiental e produção agrícola. Sua relevância analítica reside não apenas nos resultados observados, mas na possibilidade de compreender como diferentes dimensões — ambientais, produtivas, sociais e institucionais — podem ser integradas em estratégias territoriais complexas, contribuindo para o debate sobre modelos de desenvolvimento mais resilientes, inclusivos e ambientalmente responsáveis na Mata Atlântica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRES, Samantha E. et al. A framework for ecological restoration cost accounting across context and scale. *Biological Conservation*, v. 295, p. 110671, 2024. DOI: 10.1016/j.biocon.2024.110671.

AYOMPE, Leonard M. et al. Overcoming barriers and uncertainties to investing in forested watershed restoration in California. *Frontiers in Forests and Global Change*, v. 8, 2025. DOI: 10.3389/ffgc.2025.1587763.

BAHIA, Thaise de Oliveira et al. Contribution of nucleation techniques to plant establishment in restoration projects. *Restoration Ecology*, v. 31, n. 7, e13932, 2023. DOI: 10.1111/rec.13932.

BELTRÃO, Mayara Guimarães et al. Priority areas and implementation of ecological corridor. *Scientific Reports*, v. 14, art. 30837, 2024. DOI: 10.1038/s41598-024-81483-y.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 maio 2012.

CASATI FERNANDES, Heron et al. Effect of restoration methods on natural regeneration. *iForest*, v. 18, p. 23-29, 2025. DOI: 10.3832/ifor4598-017.

CRUZ, José Elenilson; XAVIER, Jeovano Bortolotte; TEIXEIRA, Sônia Milagres. Effects of technical assistance on livelihoods. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 62, n. 3, 2024. DOI: 10.1590/1806-9479.2023.276710.

DA SILVA, Ramon Felipe Bicudo et al. Secondary vegetation gains do not offset losses. *Biological Conservation*, v. 312, p. 111512, 2025. DOI: 10.1016/j.biocon.2025.111512.

DAGUNGA, Gilbert D. et al. Agroecology and resilience of smallholder food security. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, v. 7, 2023. DOI: 10.3389/fsufs.2023.1267630.

EBLING, Lucas Abbadi; PADIAL, André Andrian. Riparian vegetation and water quality. *Oecologia Australis*, v. 28, n. 4, 2024. DOI: 10.4257/obec.2024.2804.03.

EWERT, Frank; BAATZ, Roland; FINGER, Robert. Agroecology for sustainable agriculture. *Annual Review of Resource Economics*, v. 15, 2023. DOI: 10.1146/annurev-resource-102422-090105.

FRANCA, Adriana Correia Lima; ALVES, Christiane Luci Bezerra; WALTENBERG, Fábio Domingues. Governança em APLs. *Geografias*, v. 39, 2024. DOI: 10.47456/geo.v4i39.44312.

FUNDO AMBIENTAL SUL BAIANO (FASB). Dos pequenos passos aos grandes impactos. 2023.

FUNDO AMBIENTAL SUL BAIANO (FASB). Crescendo a partir da base: impacto FASB 2021-2024. 2024a.

FUNDO AMBIENTAL SUL BAIANO (FASB). Novo ciclo de investimentos. 2024b.

FUNDO AMBIENTAL SUL BAIANO (FASB). Relatório anual 2023. 2024c.

HUA, Fangyuan et al. Biodiversity and ecosystem services in restoration. *Science*, v. 376, 2022. DOI: 10.1126/science.abl4649.

IBGE. In 2023, one out of three rural housing units was supplied by general water network. 2024.

INSTITUTO MÃE TERRA. Currículo institucional. 2022.

INSTITUTO MÃE TERRA. Plantando árvores e semeando a esperança. 2024.

INSTITUTO MÃE TERRA. Relatórios do Projeto Origem. 2024.

JIA, Rui et al. Collective action and conservation adoption. *International Journal of Climate Change*, v. 16, 2024. DOI: 10.1108/IJCCSM-02-2023-0027.

JONES, Julia et al. Forest restoration and hydrology. *Forest Ecology and Management*, v. 520, 2022. DOI: 10.1016/j.foreco.2022.120342.

JONES, Sarah K. et al. Agroecological transitions. *Sustainability Science*, v. 17, 2022. DOI: 10.1007/s11625-022-01163-6.

JUNG, Márcia S. et al. Water springs and sustainability. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v. 96, 2024. DOI: 10.1590/0001-3765202420231010.

LITTLES, Chanda et al. Adaptive management of large-scale ecosystem restoration: increasing certainty of habitat outcomes in the Columbia River Estuary, U.S.A. *Restoration Ecology*, v. 30, n. 8, e13634, 2022. DOI: 10.1111/rec.13634.

LOPES, Bruna Santos et al. Land use and hydrology. *Frontiers in Water*, v. 4, 2022. DOI: 10.3389/frwa.2022.998349.

MANSOURIAN, Stephanie et al. Ecosystem restoration centered in people. *Restoration Ecology*, 2025. DOI: 10.1111/rec.70049.

MAPBIOMAS. Bioma Mata Atlântica: coleção 10. 2025.

MARKIEWICZ-KESZYCKA, Maria et al. Farmers' experiences of transitioning towards agroecology: narratives of change in Western Europe. *Agriculture*, v. 15, n. 6, p. 625, 2025. DOI: 10.3390/agriculture15060625.

MENÉNDEZ-MIGUÉLEZ, María et al. Measuring restoration outcomes. *Frontiers in Forests and Global Change*, 2024. DOI: 10.3389/ffgc.2024.1420127.

OECD. A Territorial Approach to Climate Action. 2023. DOI: 10.1787/1ec42b0a-en.

OECD. Effective Results Frameworks for Sustainable Development. 2024. DOI: 10.1787/aaa4bb52-en.

OECD. Government at a Glance 2025. 2025. DOI: 10.1787/0efd0bcd-en.

OLIVEIRA, Paula C. dos Reis et al. Restoration improves water quality. *Science of the Total Environment*, 2025. DOI: 10.1016/j.scitotenv.2024.178256.

PEROSA, Bruno Benzaquen et al. Market access and diversification. *Land*, v. 13, 2024. DOI: 10.3390/land13010061.

PIMENTEL, Róberson Machado et al. Silvopastoral systems. *Geoderma Regional*, 2025. DOI: 10.1016/j.geodrs.2025.e01042.

PIRES, Elson Luciano Silva. Governança territorial no Brasil. 2023. DOI: 10.38116/ppp63art8.

RAMOS, E. A.; NUVOLONI, F. M.; LOPES, E. R. N. Landscape transformations. *Journal for Nature Conservation*, 2022. DOI: 10.1016/j.jnc.2022.126152.

RASMUSSEN, Laura Vang et al. Joint environmental and social benefits from diversified agriculture. *Science*, v. 384, n. 6691, p. 87-93, 2024. DOI: 10.1126/science.adj1914.

RIBEIRO, Viviane Cristina; MASSI, Klécia Gili. Monitoramento em restauração. *Ciência Florestal*, 2025. DOI: 10.5902/1980509885491.

ROMANELLI, João Paulo et al. Biodiversity responses to restoration. *Science of the Total Environment*, 2022. DOI:

10.1016/j.scitotenv.2022.153403.

SATHIYAMOORTHY, Sarujan; SAKURAI, Takeshi. Community participation in restoration. 2024. DOI: 10.1007/s10018-024-00397-1.

SEAN, Chanmony C. et al. Agroecological transition assessment frameworks: a critical scoping review. *Frontiers in Sustainable Food Systems*, v. 9, art. 1703907, 2026. DOI: 10.3389/fsufs.2025.1703907.

SHENNAN-FARPÓN, Yara et al. Agroforestry in Atlantic Forest. *People and Nature*, 2022. DOI: 10.1002/pan3.10297.

SILVA, Michele Aparecida Pereira da et al. Conservação de nascentes. *Ciência Florestal*, 2024. DOI: 10.5902/1980509871553.

SOUZA, Diego Cerveira de; ENGEL, Vera Lex. Direct seeding restoration. *Biological Conservation*, 2023. DOI: 10.1016/j.biocon.2023.110172.

TAVARES, Beatriz Monteiro et al. Livestock in riparian areas. 2024. DOI: 10.1007/s00267-024-02041-w.

TAVARES, Mayra F. et al. Smallholders and restoration. *Restoration Ecology*, 2024. DOI: 10.1111/rec.14270.

TEDESCO, Anazelia M. et al. Incentives for forest restoration. 2022. DOI: 10.1098/rstb.2021.0088.

TOTO, Roberto et al. Scaling forest restoration. *Nature Communications*, 2025. DOI: 10.1038/s41467-025-59194-3.

TRANCHINA, Martina et al. Agroforestry adoption challenges. 2024. DOI: 10.1007/s10457-024-00993-w.

URRUTH, Leonardo Marques; BASSI, Joana Braun; CHEMELLO, Davi. Agroforestry policies. *Land Use Policy*, 2022. DOI: 10.1016/j.landusepol.2021.105802.

VASCONCELOS, Tatiana Cabral de et al. Soil and restoration. 2023. DOI: 10.1002/ldr.4573.

WEN, Chengtao et al. Social capital and adoption. *Sustainable Futures*, 2024. DOI: 10.1016/j.sftr.2024.100394.

XING, Xianglong et al. Adaptive management. 2025. DOI: 10.1016/j.ecolind.2025.113966.

ZENDA, Mashford; RUDOLPH, Michael. Agroecology strategies. 2024. DOI: 10.3390/cli12030033.

ZU ERMGASSEN, Sophus O. S. E.; LÖFQVIST, Sara. Financing restoration. *Current Biology*, 2024. DOI: 10.1016/j.cub.2024.02.031.

¹ Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Especialista em Reforma Tributária e Prática Fiscal (FBC). Especialista em Ciência e Tecnologia Ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano). Especialista em Gestão de Governança Corporativa Socioambiental (ESG) e em Governança e Planejamento Estratégico pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER). Especialista em Perícia

Judicial e Extrajudicial pela Faculdade Estácio, em Controladoria, Auditoria e Compliance e, em Gestão de Processos, pela Universidade Salvador (UNIFACS). Especialista em Gestão, Licenciamento e Auditoria Ambiental pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL), com registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade da Bahia (CRC-BA) sob n BA-044350/O-0. Bacharel em Administração pela Universidade Salvador (UNIFACS), com registro ativo no Conselho Regional de Administração da Bahia (CRA-BA) sob n 22.624. Bacharel em Comunicação e Marketing pela Universidade Salvador (UNIFACS), com registro profissional de jornalista na Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) sob n MTb 5819/BA. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7445-8434>

² <https://inovaland.earth/>

³ <https://fasb.inovaland.earth/>